# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

## REQUERIMENTO N°, DE 2022

(Do Sr. ELIAS VAZ)

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de apurar o reajuste nos valores das bandeiras tarifárias autorizado pela ANEEL.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 100, § 1º, combinado com o art. 60, I a III, e com o art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª que sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de apurar o reajuste nos valores das bandeiras tarifárias autorizado pela ANEEL.

## **JUSTIFICAÇÃO**

No exercício da função típica de fiscalização dos atos do Poder Executivo, deparamo-nos com a aprovação, no dia 21 de junho, por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de mais um reajuste nos valores das bandeiras tarifárias, com cobranças extras para o período de julho de 2022 a junho de 2023.

A bandeira amarela passou de 1.874 real para 2,989 reais por 100 kWh consumidos, a bandeira vermelha 1 foi de 3,971 reais para 6,500 reais e a bandeira vermelha 2 passou de 9,492 reais para 9,795 reais a cada 100 kWh





### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

#### Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

consumidos. Ou seja, os aumentos chegaram a 59,5%, 63,7% e 3,2%, respectivamente.

Os valores aprovados ficaram acima daqueles colocados em consulta pública. Segundo a ANEEL, a alteração foi necessária porque foi preciso incluir novos parâmetros no cálculo dos valores.

Durante a consulta pública sobre o tema, parte dos agentes do setor sugeriu criar um novo patamar de bandeira. Porém, a área técnica da ANEEL não acatou a sugestão, por entender que o caso precisa ser analisado com parcimônia. No entanto a agência reguladora não teve essa mesma ponderação ao autorizar a revisão tarifária.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o preço da energia elétrica no Brasil em 2021 teve um aumento de praticamente um triplo da inflação acumulada nos últimos 12 meses. E com essa decisão da agência reguladora, o custo para o bolso do consumidor continua subindo.

Ante a importância desse tema para o consumidor brasileiro e, pela urgência da atuação do TCU como órgão de controle externo, peço o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente proposta de fiscalização e controle.

Sala das Sessões, em de junho de 2022.

Deputado ELIAS VAZ



